

INSTITUTO GERMINARE

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de
2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes

INSTITUTO GERMINARE

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
Balanços patrimoniais
Demonstração do superávit
Demonstração dos resultados abrangentes
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Demonstração dos fluxos de caixa
Demonstração do valor adicionado
Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Deliberativo e Diretoria do
Instituto Germinare
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Germinare (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Germinare em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A.

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 1, onde comenta que J&F Investimentos S.A. (controladora da JBS S.A. que é mantenedora do Instituto), firmou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal, através da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. O Instituto aderiu ao Acordo de Leniência em 04 de outubro de 2017, não sendo identificados efeitos até o momento.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 elaborada sob a responsabilidade da administração do Instituto, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração do instituto é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do instituto;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração do instituto, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de abril de 2018.

Pemom Auditores Independentes S.S.

CRC 2 SP 031.056/O-2



Henrique Silva Premoli

Contador CRC 1SP-250.993/O-6

Instituto Germinare
Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2017 e 2016

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>		<u>Nota</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	113.773	152.931	Fornecedores	7	207.236	434.504
Adiantamento à Fornecedores		115.696	48.399	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8	1.723.541	1.702.146
Outros ativos circulantes		536	-	Outros passivos circulantes		51.925	1.047
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>230.005</u>	<u>201.330</u>	TOTAL DO CIRCULANTE		<u>1.982.702</u>	<u>2.137.697</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos, cauções e outros		10.160	10.160	Provisão para contingências	9	680.000	76.971
Imobilizado	5	13.630.528	12.011.632	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8	-	414.061
Intangível	6	29.022	45.628	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>680.000</u>	<u>491.032</u>
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>13.669.710</u>	<u>12.067.420</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
TOTAL DO ATIVO		<u>13.899.715</u>	<u>12.268.750</u>	Patrimônio social		8.425.196	8.425.196
				Fundo de reserva estatutária		2.811.817	1.214.825
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>11.237.013</u>	<u>9.640.021</u>
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>13.899.715</u>	<u>12.268.750</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		21.647.005	17.394.444
Receitas com doações	11	21.647.005	17.394.444
SUPERÁVIT BRUTO		21.647.005	17.394.444
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	12	(20.050.809)	(16.574.566)
Outras (despesas) receitas		(17.190)	31.524
RESULTADO OPERACIONAL		1.579.006	851.402
Receitas Financeiras		65.487	91.275
Despesas Financeiras		(47.501)	(107.802)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	13	17.986	(16.527)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		1.596.992	834.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Superávit do exercício	<u>1.596.992</u>	<u>834.875</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u><u>1.596.992</u></u>	<u><u>834.875</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)**

	Patrimônio Social	Reserva legal	Fundo de reserva estatutária	Superávit /(Déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	8.425.196	225.915	154.035	-	8.805.146
Superávit do exercício	-	-	-	834.875	834.875
Incorporação do superávit do exercício	-	41.744	793.131	(834.875)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	8.425.196	267.659	947.166	-	9.640.021
Superávit do exercício	-	-	-	1.596.992	1.596.992
Incorporação do superávit do exercício	-	79.850	1.517.142	(1.596.992)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8.425.196	347.508	2.464.309	-	11.237.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.596.992	834.875
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
. Provisão para riscos processuais	680.000	76.971
. Resultado na alienação de imobilizado e intangível	(1)	86.065
. Depreciação e amortização	<u>836.375</u>	<u>521.216</u>
	3.113.366	1.519.127
Redução (aumento) em ativos		
Outros ativos circulantes e não circulantes	(67.498)	(2.810)
Depósitos, cauções e outros	-	(10.160)
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	(227.268)	328.291
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	(469.637)	77.426
Outros passivos circulantes e não circulantes	<u>50.544</u>	<u>(1.076)</u>
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>2.399.507</u>	<u>1.910.798</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(2.455.857)	(2.166.382)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	<u>17.191</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.438.666)</u>	<u>(2.166.382)</u>
Variação líquida no exercício	(39.158)	(255.584)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>152.931</u>	<u>408.515</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>113.773</u></u>	<u><u>152.931</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas		
Receitas com doações	21.527.005	17.394.444
	<u>21.527.005</u>	<u>17.394.444</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.699.977)	(3.819.062)
	<u>(2.699.977)</u>	<u>(3.819.062)</u>
Valor adicionado bruto	<u>18.827.028</u>	<u>13.575.382</u>
Depreciação e amortização	(836.375)	(521.216)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>17.990.653</u>	<u>13.054.166</u>
Valor recebido em transferencia		
Receitas financeiras	65.482	91.275
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>18.056.135</u>	<u>13.145.441</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	9.777.655	7.276.304
Benefícios	3.039.135	2.544.306
FGTS	636.467	496.343
	<u>13.453.257</u>	<u>10.316.953</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.889.936	1.847.338
Estaduais	234	2.225
	<u>2.890.170</u>	<u>1.849.563</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	44.662	102.414
Aluguéis	71.054	41.636
	<u>115.716</u>	<u>144.050</u>
Remuneração de capitais próprios		
Superávit / (Déficit) do exercício	1.596.992	834.875
	<u>1.596.992</u>	<u>834.875</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>18.056.135</u>	<u>13.145.441</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Germinare ("Instituto") é uma associação civil sem fins econômicos (lucrativos), de caráter social, educacional, cultural e de promoção social, regida pelo Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com sede e foro em São Paulo, Brasil.

Foi constituído e fundado em janeiro de 2009, com a missão de formar jovens administradores de empresas, por meio de uma educação única, gratuita e em período integral, que oferece conhecimento em gestão de negócios através de aulas teóricas com professores altamente qualificados e vivências com profissionais que atuam no mundo corporativo, oportunidade de experiências práticas através de estágios remunerados no Ensino Médio e o desenvolvimento de competências de liderança, visão sistêmica, foco no resultado, capacidade de inovação e conduta ética. Além do ensino sem custo, os alunos recebem alimentação, uniforme e material didático.

Através de sua Escola de Negócios, que é aprovada pelo Ministério da Educação (MEC), o Instituto Germinare oferece um ensino diferenciado para aproximadamente 500 estudantes todos os anos, que ingressam no 6º ano do Ensino Fundamental e estudam até a 3ª série do Ensino Médio, que é integrado com o Técnico em Administração de Empresas. Em seu primeiro ano letivo, que foi em 2010, a Escola iniciou as suas atividades contando com 180 alunos, atingindo em 2016 um total de 510 alunos, e em 2017 foram 497 estudantes. Já concluiu três turmas no Ensino Médio (2015, 2016, 2017), formando 184 jovens talentos, sendo que a grande maioria já ingressou no mercado de trabalho com carteira assinada e em faculdades reconhecidas.

Os resultados podem ser confirmados também com o destaque do Instituto Germinare no ENEM. De acordo com a publicação do Jornal Folha de SP em dezembro de 2017, a Escola conquistou no ENEM 2016, o 9º lugar no ranking das instituições de ensino da cidade de SP, e ficou em primeiro lugar na zona norte.

Os estudantes ingressam no Instituto Germinare entre 10 e 11 anos, no 6º ano do Ensino Fundamental, através da participação em um Processo de Admissão, que visa identificar jovens potenciais que sonhem em ser administradores de empresas e que tenham aderência ao perfil e aos valores de Entidade sem fins lucrativos. O Processo de Admissão acontece anualmente e são elegíveis os candidatos que estejam cursando e devidamente matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental. O reconhecimento da sociedade em relação ao projeto pode ser confirmado através da alta demanda de inscrições, que somam mais de 16 mil candidatos, considerando o período de 2009 a 2017.

O Instituto iniciou no exercício de 2017 o Programa de Tutores e está em fase de desenvolvimento de controles internos para mensurar as contribuições recebidas. Dessa forma não foi possível estimar os efeitos econômicos envolvidos para fins de contabilização e não há efeitos financeiros envolvidos.

O Instituto Germinare já investiu mais de R\$100 milhões, desde a sua fundação, e promove desta forma, em caráter filantrópico e beneficente, atividades no setor educacional para jovens talentos, que de outra forma não teriam a oportunidade de desenvolverem seus potenciais, pois o propósito de capacitação desta Escola de Negócios é único no sentido de não subestimá-los, considerando que os alunos têm acesso a um conhecimento e experiência diferenciados e são apresentados desde cedo para o mercado de trabalho, permitindo assim que a sua formação seja competitiva em relação aos demais jovens. O Instituto tem como foco o investimento em educação, isto porque os seus fundadores acreditam que este é o principal pilar de transformação de qualquer sociedade.

O Patrimônio Social, representado por recursos financeiros e bens imobilizados, foi majoritariamente doado pela sua mantenedora JBS S.A., dentre outras empresas privadas e pessoas físicas.

Todos os recursos recebidos foram aplicados nas finalidades operacionais do Instituto Germinare, em conformidade com o Estatuto Social, através de capitalizações em investimentos patrimoniais e pagamentos de despesas, conforme verifica-se na demonstração do resultado.

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição social, com base na isenção tributária prevista na Lei nº 9.532/97.

Em setembro de 2015, o Instituto foi declarado como Órgão de Utilidade Pública Federal (UPF) pelo Ministério da Justiça, possibilitando portanto aos doadores a dedução até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica doadora antes de computada a própria dedução, observadas as demais regras aplicáveis a doação desta natureza.

Em 31 de dezembro de 2017 o Instituto registrou o montante de R\$ 120.000, referente à trabalhos voluntários dos membros integrantes de órgãos da administração.

Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, sendo que o Instituto aderiu a esse Acordo em 04 de outubro de 2017.

No Acordo, a J&F compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados, onde, J&F comprometeu-se a reparar integralmente os danos e prejuízos decorrentes das infrações cometidas mediante o pagamento de 10,3 bilhões de reais, durante os próximos 25 (vinte e cinco) anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 (cinco) parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 (vinte e duas) parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, a serem pagas exclusivamente pela J&F a título de ressarcimento pelos danos causados pelos fatos investigados nas operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfield, e pelos demais fatos mencionados nos anexos constantes do respectivo Acordo.

A J&F compromete-se também (i) a implementar medidas que impeçam a prática de ilícitos, realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade, (ii) a cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer às melhores práticas internacionais, com o fim de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como (iii) reparar os danos decorrentes dos atos confessados.

Diante desse cenário, o Grupo J&F está cumprindo as obrigações assumidas no Acordo. Ressalta que o Instituto Germinare não são alvos de nenhuma das operações acima mencionadas, e o Acordo não trará ônus pecuniário ou financeiro para elas, que, entretanto, as protege, contra ações propostas pelo Ministério Público Federal.

Adiciona-se, ainda, que a J&F em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Acordo de Leniência, está em fase de implementação de um programa de integridade, atualmente em fase de estruturação das políticas internas e procedimentos aplicáveis a integridade e anticorrupção, que consistem, numa primeira fase, na definição do código de conduta, implementação de canal de denúncias, treinamento de pessoal, procedimentos de investigação e medidas disciplinares. Tais medidas, e o cronograma de suas implementações, encontram-se em sintonia com as disposições do Acordo de Leniência, conforme certificou expressamente o MPF através de Certidão 567/2018, emitida em 26 de janeiro de 2018 e Certidão 703/2018, emitida em 31 de janeiro de 2018.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 21 de março de 2018

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em reais, foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 – Imobilizado

3 Principais políticas contábeis

Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações contábeis consistem basicamente no seguinte:

a) Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas

As receitas de doações, pela sua natureza e periodicidade variáveis, são identificadas e contabilizadas por ocasião do seu efetivo recebimento pelo Instituto, em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento.

As despesas são apuradas em conformidade com o princípio contábil do regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e desreconhecimento

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é data na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício. Esses ativos abrangem o saldo de aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retrada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios.

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Custos subseqüentes

Gastos subseqüentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas estão apresentadas na nota explicativa 5.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem aos softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

f) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

g) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas bancárias e são registradas pelo regime de competência

j) Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

k) Demonstração do valor adicionado

O Instituto incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

l) Destinação do resultado

Fundo de reserva estatutária (artigo 24 do Estatuto Social) - Do superávit apurado, 5% deverá ser destinado à constituição do Fundo de Reserva estatutária, e o restante (95%) deverá ser destinado à reaplicação nas atividades do Instituto, nos exercícios seguintes.

m) Receita com trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas gerais e administrativas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Caixa	2.468	2.928
Banco conta movimento	98.673	44.788
CDB	12.632	105.215
	<u>113.773</u>	<u>152.931</u>

As aplicações financeiras são de liquidez imediata são realizadas com banco de primeira linha, cuja a rentabilidade está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) . O rendimento médio aproximado em 2017 foi de 96% do CDI.

5 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado por perda de valor recuperável, quando o valor contábil é superior ao valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação da unidade visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Taxas médias anuais de depreciação	31.12.17			31.12.16
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e construções	2%	9.521.973	(206.484)	9.315.489	8.535.364
Móveis e utensílios	7%	1.211.954	(144.635)	1.067.319	796.656
Máquinas e equipamentos de informática	5%	2.233.151	(420.292)	1.812.859	1.192.651
Instalações	1%	1.443.419	(45.363)	1.398.056	1.424.367
Equipamentos de comunicação	10%	39.800	(2.995)	36.805	3.180
Obras em andamento		-	-	-	59.414
		14.450.297	(819.769)	13.630.528	12.011.632

Movimentação do ativo imobilizado	31.12.16	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31.12.17
Edifícios e construções	8.535.364	927.195	59.414	-	(206.484)	9.315.489
Móveis e utensílios	796.656	432.489	-	(17.191)	(144.635)	1.067.319
Máquinas e equipamentos de Informática	1.192.651	1.040.500	-	-	(420.292)	1.812.859
Instalações	1.424.367	19.052	-	-	(45.363)	1.398.056
Equipamentos de comunicação	3.180	36.620	-	-	(2.995)	36.805
Obras em andamento	59.414	-	(59.414)	-	-	-
	12.011.632	2.455.856	-	(17.191)	(819.769)	13.630.528

6 Intangível

	Taxas médias anuais de amortização	31.12.17			31.12.16
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	10%	45.628	(16.606)	29.022	45.628
		45.628	(16.606)	29.022	45.628

Movimentação do ativo intangível	31.12.16	Adições	Baixas	Amortização	31.12.17
Software	45.628	-	-	(16.606)	29.022
	45.628	-	-	(16.606)	29.022

7 Fornecedores

	31.12.17	31.12.16
Materiais e serviços	207.236	434.504
	207.236	434.504

8 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31.12.17	31.12.16
Salários e encargos Sociais	562.770	586.786
Provisões e encargos	461.455	462.757
PIS e COFINS a recolher	10.473	16.611
ISS a recolher	699	968
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	223.717	215.816
Encargos Sociais Parcelados (1)	460.759	828.122
Outros	3.669	5.148
	1.723.541	2.116.207

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Desmembramento:

Passivo circulante	1.723.541	1.702.146
Passivo não circulante	-	414.061
	<u>1.723.541</u>	<u>2.116.207</u>

Encargos Sociais Parcelados

(1) O Instituto Germinare possui em 31 de dezembro de 2017 tributos federais parcelados no valor de R\$ 460.759 (R\$ 828.122 em 31 de dezembro de 2016), decorrente de INSS Patronal não recolhidos do período de Março de 2010 à Dezembro de 2013 o qual mensalmente tem o valor de cada prestação acrescido dos juros correspondentes à variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), vencíveis de acordo com as datas a seguir:

	31.12.17	31.12.16
Curto prazo	460.759	414.061
Longo prazo até 2019	-	414.061
	<u>460.759</u>	<u>828.122</u>

9 Provisão para contingências

O Instituto possui provisão para riscos previdenciários no montante de R\$ 680.000 e outras ações de natureza trabalhista no montante de R\$ 246.634, em 31 de dezembro de 2017, envolvendo riscos de perda, avaliadas pela Administração como possíveis e remota, para as quais não há provisão constituída, estando de acordo com os requerimentos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto poderá ser formado pelos superávits e/ou déficits acumulados e compreende o saldo inicial acrescido ou reduzido dos valores de superávit e déficit do período, destinados à manutenção de seu objeto social.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão revertidos para outra Entidade que contenha fins idênticos ou similares aos objetivos sociais do Instituto, ou ainda, será revertido para o Instituidor, conforme previsto no artigo 26 do estatuto social.

11 Receitas

	31.12.17	31.12.16
Pessoa Jurídica - Mantenedor	18.689.993	14.406.000
Pessoa Jurídica - Terceiros	777.497	1.149.079
Doações de serviços	516.346	636.649
Pessoa Física - Terceiros	646.578	582.859
Doações de produtos	889.875	494.217
Trabalho voluntário	120.000	120.000
Outros	6.715	5.640
	<u>21.647.005</u>	<u>17.394.444</u>

12 Despesas administrativas e gerais

	31.12.17	31.12.16
Salários e encargos	(15.715.487)	(11.943.473)
Material de uso e consumo	(718.648)	(1.822.752)
Despesas com prestação de serviços	(1.436.894)	(1.345.223)
Depreciação e amortização	(836.375)	(521.216)
Manutenção e conservação	(268.759)	(483.975)
Feiras e eventos	(209.182)	(203.976)
Trabalho voluntário	(120.000)	(120.000)
Contingências e Indenizações Trabalhistas	(654.069)	(84.971)
Aluguéis de equipamentos	(90.413)	(41.636)
Despesas com taxas e anuidades	(981)	(7.343)
	<u>(20.050.809)</u>	<u>(16.574.566)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

13 Resultado financeiro líquido

	31.12.17	31.12.16
Receitas Financeiras		
Juros ativos	60.616	79.155
Descontos Obtidos	4.871	12.120
	<u>65.487</u>	<u>91.275</u>
Despesas Financeiras		
Tarifas bancárias	(2.835)	(1.648)
IOF	-	(3.741)
Juros passivos	(44.666)	(102.413)
	<u>(47.501)</u>	<u>(107.802)</u>
	<u>17.986</u>	<u>(16.527)</u>

14 Remuneração da Administração

O Instituto não concede, ao pessoal chave da administração, nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

15 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizados mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, o Instituto está sujeito ao fator de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. Cabe ressaltar, que para cumprir suas obrigações a mantenedora deverá prover os recursos conforme orçamento anual.

16 Cobertura de seguros

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância. Os valores segurados são considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Em 11 de janeiro de 2018 o instituto renovou a sua apólice de seguro, sendo R\$11.9 MM o Limite Máximo Indenizável (LMI) de cobertura em caso de sinistros relativos ao Imóvel e Máquinas, Móveis e Utensílios (MMU).

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

17 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento ao item 27 letra "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem fins lucrativos, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

O Instituto não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

18 Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 09 de abril de 2018.

Joesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

André Alcântara Ocampos
Contador
CRC 1SP212475/O-5
